

O FEMINISMO NO LIVRO “AS SUPLICANTES”

FEMINISM IN THE BOOK “THE SUPPLICANTS”

*Luma Byanca Barbosa de Carvalho*¹

*Bernardo Gomes Barbosa Nogueira*²

RESUMO

O propósito deste artigo, é abordar a temática sobre a posição da mulher na sociedade e como atitudes feministas tentam mudar a realidade opressora da mulher, evidenciando esse cenário a partir do livro “As Suplicantes” escrito pelo poeta e dramaturgo grego denominado como Ésquilo. Este artigo, passa por uma trajetória, contando sobre a estrutura social das civilizações antigas, sobre a desvalorização e a violência contra a mulher na época e sobre o as atitudes feministas e suas consequências para as mulheres e para a sociedade antiga e contemporânea. Como procedimento metodológico, foi aplicado a pesquisa bibliográfica e documental. Sendo assim, ao longo do artigo será feito diversas reflexões sobre como a degradação do feminino está impregnada nos pilares sociais e como a tomada de consciência da mulher de sua independência pode ser algo ameaçador e revolucionário para o sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Dominação Masculina; Feminismo; Direitos; Pilares Sociais.

ABSTRACT

The article purpose is to issue women position in society and how feminist attitudes try to change the oppressive reality women, evidencing this scenario from the book “As Suplicants” written by the Greek poet and playwright called as Squirrel. This article goes through a trajectory, telling about social structure of ancient civilizations, about devaluation and violence against women at the time and about feminist attitudes and their consequences for women and for ancient and contemporary society. As a methodological procedure, bibliographic and documentary research was applied. Therefore, throughout the paper, several reflections will be made on how the feminine degradation is impregnated in social pillars and how woman awareness of her independence can be something threatening and revolutionary for the system.

KEYWORDS: Women; Male Domination; Feminism; Rights; Social Pillars.

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade Milton Campos. E-mail: lumabyanca@gmail.com.

² Doutor em Teoria do Direito pela PUC/MG. Professor da UNIVALE. Professor da Faculdade Milton Campos. E-mail: bernardogbn@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O sistema patriarcal, estruturou a sociedade fundando-se no princípio da dominância masculina, sendo assim, o homem é considerado superior a todos a sua volta, conseqüentemente, a mulher foi colocada em uma posição de submissão. Essa inferioridade, trouxe para mulher uma grande carga pejorativa.

Desde a antiguidade até a contemporaneidade, a mulher está submersa em uma realidade hostil. Entretanto, o movimento feminista veio com o intuito de dedicar-se a mudar esse cotidiano opressor, por meio da luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero, promovendo assim, uma nova colocação da mulher dentro da sociedade. Ademais, o feminismo, trouxe uma nova perspectiva das histórias tradicionalmente contadas, mostrando como a participação das mulheres foi relevante para a construção da civilização e como elas conseguiram manifestar resistência a dominação masculina.

Sendo assim, foi utilizado o livro “As Suplicantes”, escrito pelo poeta e dramaturgo grego conhecido como Ésquilo, como plano de fundo deste artigo, devido a sua história mostrar essa criação histórica do papel feminino na sociedade e como as mulheres da história se posicionaram contra as amarras sociais da época. Evidenciando, as mudanças que acontecem com a sociedade devido a tomada de consciência da mulher do seu verdadeiro lugar. Dessa forma, o interesse principal é a que os leitores compreendam o feminismo na história, e como foi algo ousado para época em que a narrativa se passa em virtude da dominação masculina ser bem mais presente. Deste modo, o artigo começa com um resumo sobre a narrativa da tragédia vai para uma descrição sobre a estrutura da sociedade, posteriormente descreve a posição da mulher na sociedade expondo a inferioridade da mulher, a cultura reprodutiva, a falta de direitos e a violência contra a mulher, e por fim, faz-se uma possível leitura da obra pelo prisma do feminismo, apresentando as atitudes das Suplicantes, que são consideradas feministas pelo movimento, e suas conseqüências individuais e coletivas.

DESENVOLVIMENTO

1. Resumo da narrativa da tragédia: As Suplicantes

As Suplicantes é a primeira parte da tetralogia chamada As Dânaides composta pelas tragédias- As Suplicantes, Os Egípcios, As Dânaides e Amímone -estas histórias trágicas foram produzidas pelo poeta e dramaturgo grego denominado Ésquilo.

Esta tragédia conta a história das cinquenta filhas de Dânaos que foram prometidas em casamento aos seus primos, os filhos de Egito, contra a vontade delas, como consequência da cultura do casamento arranjado. Subjugadas a esse vínculo matrimonial elas encontram uma única saída, fugirem do Egito pelo mar em direção à Argos uma cidade-estado da Grécia onde pediram abrigo. Visto que elas eram descendentes daquela terra por laços sanguíneos antigos. Quando chegaram ao seu destino, as Dânaides em coro suplicaram ao Rei Pelasgos que as concedesse amparo e proteção na sua Pólis. Sendo assim, o Rei fica atordoado com as circunstâncias, pois por um lado se ele aceitasse o pedido das moças isso acarretaria em uma guerra com os filhos de Egito, mas por outro lado se ele negasse estaria contrariando a lei divina de Zeus de sempre praticar o justo. Como resolver esse impasse? Para solucionar está crise, o sábio Rei Pelasgos estabeleceu que essa decisão seria desempenhada pelo povo de Argos. Os seus súditos depois de algumas discussões decidiram por unanimidade conceder o asilo as Dânaides, uma vez que a lei divina naquela época era soberana perante a lei dos homens. Realizadas com o veredito, as moças aceitaram se integrarem na sua nova vida deixando o passado para trás. Foi a primeira vez, que estas mulheres se sentiram seres humanos merecedores de atenção e respeito. Entretanto, seus primos as encontraram e pressionaram o Rei para entregar suas noivas visto que eles as consideravam suas posses, mas Pelasgos apoiado pelos seus conterrâneos nega o pedido. Portanto, a guerra é declarada (ÉSQUILO, 2009).

A história descrita acima, será o plano de fundo deste artigo com o intuito de exteriorizar concepções ligadas a passagem histórica da mulher na sociedade e como os embriões do feminismo podem ser identificados nessa narrativa.

2. O Sistema social das Sociedades Antigas

2.1. Organização social

No ano de 500 a.C, os Gregos viviam em pequenos Estados independentes, que eram constituídos de uma cidade e propriedades agrícolas à sua volta: eram

denominados Cidades- Estado, cada uma delas tinha soberania própria e a cultura e a organização eram diversificadas. A forma de governo transitou em diversos modelos começando pela monarquia e terminando na democracia. Sua economia era baseada na agricultura e produtos artesanais.

Os gregos possuíam uma relação profunda com a religião, pois a cultura e as ações do dia-a-dia eram ditadas por ela. Este laço começou com o culto aos mortos em que as famílias faziam oferendas aos túmulos dos seus entes falecidos, posteriormente além de adorarem os mortos adoravam também o fogo sagrado em rituais secretos dentro de suas residências e pôr fim a população personificou os seus deuses dando-lhes forma humana e características específicas. Esses deuses eram tão poderosos, que foram incumbidos de proteger os direitos naturais do ser humano. Existiam festividades que eram chamadas de festas dionisíacas, tinham um caráter cívico-religioso. Estas festas homenageavam o deus protetor da Pólis para que ele proporciona-se prosperidade para todos.

Os helênicos eram dotados de espírito lógico e observador. Tendo assimilado o que havia de melhor nas civilizações precedentes fizeram progredir todos os ramos do conhecimento humano e foram notáveis artistas. Entretanto, o direito dentro dessa sociedade era muito teórico e nascente, não havia juízes, cada cidadão falava por si exceto os que não possuía direitos civis. As leis eram produzidas pelos homens embasadas nos costumes sociais e na religião. Conseqüentemente, o direito foi aprisionado em uma dimensão teórica não sendo posto muito em prática.

Em 338 a.C os gregos foram dominados pelos macedônios. Com Alexandre Magno no trono do Império Macedônio criou-se a civilização helenística uma fusão das culturas grega, persa e egípcia. Tornou-se intensa a influência grega, posteriormente a queda do Império, a cultura helenística perdurou em todas as terras que haviam sido subjugadas. Progressivamente, a civilização helenística foi dominada pelos romanos.

Roma foi fundada por volta do ano 753 a.C. O Império Romano foi constituído por imigrantes de três povos (gregos, italianos e etruscos). Passou por três governos diferentes a monarquia, a república e por fim o império.

A religião instituída no império era a politeísta, adoravam diversos deuses que se assemelhavam aos deuses gregos no qual tinham as mesmas características

físicas e de proteção mudando somente os nomes. Também, adoravam os deuses do lar em altares ornamentados em suas casas. A arquitetura e as artes eram muito avançadas criando monumentos exuberantes e espetáculos impetuosos para proporcionar pão e circo a sociedade muitos aspectos foram retirados da cultura grega graças a admiração que os romanos tinham por essa civilização.

O Direito romano tornou-se o aspecto mais importante deixado por esse povo. Foi uma construção feita pelas convergências entre os patrícios e os plebeus. O *jus civili* romano tinha uma divisão denominada a Tricotomia Romana: então existia o *ius civili* para o cidadão de uma sociedade específica, o *ius naturale* o direito inerente ao homem e o *ius gentium* era direcionado aos estrangeiros. A organização social, era regida pela lei das XII tábuas e o sistema judiciário dos pretores.

Portanto, esse entendimento do cotidiano desses indivíduos e seus hábitos proporciona o entendimento do contexto em que a tragédia se desenrola. Ademais, a estrutura organizacional da Grécia Antiga e suas influências nas sociedades posteriores constituíram os pilares cultural, econômico, político, social da civilização ocidental. Perpetuando múltiplos símbolos durante a história das civilizações.

2.2. O instituto familiar

A entidade familiar é considerada o pilar da sociedade, tanto antigamente quanto atualmente, mas o jeito que interpretamos o conceito de família mudou. O conceito de família nas sociedades antigas era o conjunto de seres humanos subordinados à autoridade dos *paterfamilias*. Esta função era exercida pelo homem mais velho daquele grupo familiar, que não estivesse subordinado a ascendente masculino, ele não necessariamente era o pai biológico dos membros da família e nem sua autoridade estava baseada no casamento. Todos estavam submetidos ao *paterfamilias*, a sua mulher, o pai, a mãe, os filhos e as filhas, as noras, os netos e as netas, clientes, alguns escravos e toda propriedade e bens. Segundo José Alves “*mancipium* é o termo com que os romanos, a princípio, indicavam o poder absoluto que o *paterfamilias* tinha sobre as pessoas e coisas de sua família (poder semelhante à soberania do Estado, e não ao simples direito de propriedade[...])” (ALVES, 2019, p. 181). Ele comandava a todos com severa disciplina, exercendo poder de vida e de morte sobre as pessoas a ele subordinadas. O *pater* dispunha do patrimônio familiar totalmente segundo a sua vontade, podendo deixá-lo por testamento a quem

quisesse, mesmo em prejuízo dos herdeiros. Ele era a única pessoa da família capaz de direitos e obrigações, porque ele era uma pessoa *sui iuris*. Enquanto o *pater* vivesse, seus descendentes eram considerados *alieni iuris*, não dispendo da capacidade jurídica em sua plenitude, independente da faixa etária ou da posição desfrutada na sociedade. Este cenário é descrito pela passagem do livro A cidade Antiga de Fustel de Coulanges:

As leis gregas e romanas reconheceram ao pai (paterfamilias) essa potência ilimitada em que a religião o tinha inicialmente investido. Os direitos muito numerosos e diversos que elas lhe conferiram podem ser classificados em três categorias, conforme se considere o pai de famílias como chefe religioso, como senhor da propriedade ou como juiz. (COULANGENS, 2009, p.102).

É bom salientar, que cada membro da família tinha um papel fundamental na casa. Esses papéis, eram bem delimitados e foram estabelecidos pela cultura e a religião. Os homens tinham a função de manter financeiramente a casa, passavam a maioria do seu tempo exercendo uma vida pública, por meio da participação na política, na produção agrícola, no comércio marítimo, na caça e no artesanato, ademais, sempre gostavam de se divertir com esportes e festas privadas. As mulheres eram encarregadas da vida doméstica passavam o dia organizando a casa, produziam tecidos e cuidando dos filhos, eram reservadas só saiam para visitar amigas e festivais importantes da cidade. Além dos cultos sociais, as famílias tinham seus próprios ritos, seus cultos e festividades ligados aos deuses domésticos isto se perpetuava através das gerações, criando uma forte ligação entre os antepassados e seus descendentes.

Tanto na Grécia quanto em Roma, existia um grande apreço pela concepção de propriedade. As propriedades não consistiam apenas em bens matérias e terras eram incluídos neste conceito as mulheres, os filhos e os escravos da casa, todos eles estavam submetidos a essa posição. As mulheres eram muito atingidas por este patriarcalismo, pois eram tratadas como acessórios e eram subestimadas tendo que ser dependentes de homens por toda sua vida. O *paterfamilias* podia vender, repudiar, ou até mesmo matar mulheres, filhos ou escravos, sem ter de justificar-se com nenhum outro membro da sua comunidade. Para estes indivíduos, principalmente para as mulheres, a vida familiar carregava uma carga pejorativa, tendo sua dignidade humana escoriada todos os dias.

Uma das consequências desse cotidiano familiar foi o Direito, ele foi todo baseado nesses costumes e ritos familiares. Portanto, todos os símbolos criados por

esta cultura foram cristalizados no Direito sendo consagrados pelas leis. Um grande exemplo dessa consagração, foi a Lei das 12 tábuas, ela foi um conjunto de leis que determinavam como deveriam ser os julgamentos, as punições e o poder do *paterfamilias* sobre a família. As tábuas ficavam expostas no Fórum para que toda população pudesse conhecê-las. Esses regramentos, passaram assim, a dar respaldo jurídico para todos os atos que eram cometidos dentro da sociedade antiga.

Se a cidade não fala assim é aparentemente porque não pode. O direito privado existia antes dela. Quando ela começou a escrever as suas leis, já encontrou esse direito estabelecido, vivo, arraigado nos costumes, contando com a adesão universal. Ela o aceitou, não podendo agir de outra, e só ousou modificá-lo depois de muito tempo. O antigo direito não é obra de um legislador; ao contrário, ele se impôs ao legislador. Foi na família que ele nasceu. (COULANGENS, 2009, p.98).

Portanto, a cultura familiar foi a base das sociedades antigas. Como consequência, foram criados alguns estereótipos, principalmente sobre a função dos homens e das mulheres dentro do corpo social o que incorporou uma grande desigualdade entre estes gêneros no âmbito social e no âmbito do direito.

3. A invisibilidade da mulher perante a sociedade e ao direito

3.1. A inexistência da vida civil para a mulher

Nas sociedades antigas, as mulheres eram vistas como seres inferiores, devido a hierarquização social que foi estabelecida pelo sistema patriarcal. Por meio da imposição de regras de conduta social, esse sistema enrijeceu as ações humanas. Como consequência desse contexto, criou-se o estereótipo de fragilidade, ingenuidade e dependência das mulheres obrigando-as a se limitarem a esfera doméstica, sendo assim, tinham apenas como sentido de vida servir ao seu marido e aos seus filhos.

As mulheres não tinham direito de falar e de se impor perante aos outros visto que se isso acontecesse eram violentamente punidas. Uma vez que, só os homens possuíam participação efetiva nas sociedades pelo fato deles serem associados a imagem de seres viris, racionais e provedores, dessa maneira eles conseguiram dominar as ruas e as casas. Como pode ser visto no trecho do livro *A Questão da Mulher*:

[...] a mulher se encontrava distante do poder econômico e do poder político e isto gerava sua dependência e inferioridade em relação ao homem. A mulher era discriminada na ideologia e nas relações sociais. Isto demonstra

a desigualdade entre os sexos e a opressão da mulher nas sociedades divididas em classes sociais. (MARQUES e et al. 2006, p. 104-105)

A mulher era considerada uma propriedade do seu pai ou do seu marido, e se no caso não tivesse nenhuma das duas opções ela pertenceria ao parente do sexo masculino mais próximo de sua família ou da família de seu marido. Diante desse cenário, a mulher perante a sociedade não tinha direito algum, pois não era considerada cidadã, visto que, nunca poderia alcançar a capacidade civil para obter tal direito (ARISTÓTELES, 2009). Desta maneira, ela não podia participar ativamente na comunidade tendo que ser representada sempre por um homem de sua família não tendo autonomia para dar sua opinião em assuntos em que ela estava direta ou indiretamente envolvida. Isto foi imposto pelo pensamento conservador que rodeava as civilizações antigas uma vez que a mulher para a sociedade não podia possuir ao mesmo tempo beleza e intelecto.

Um dos instrumentos utilizados para justificar a posição da mulher dentro da sociedade antiga, foi a filosofia. Sendo assim, Aristóteles foi um dos filósofos gregos que buscou explicar esse fenômeno. Para ele, todas as relações dentro da comunidade eram fundadas na *physis*, portanto, cada indivíduo nascia com o seu papel definido pela própria natureza. O cumprimento desse papel estabelecido dentro da Pólis, faria o sujeito alcançar a felicidade plena na sua vida, ou seja, esse indivíduo seria considerado um ser humano com capacidade de ser cidadão. Ademais, todas as atitudes desse ser humano tinham que ser pautadas pela razão, que era considerada pelo Aristóteles como a maior virtude. Seguindo essa teoria, o filósofo instituiu, “todos os seres, desde o primeiro instante do nascimento, são, por assim dizer, marcados pela natureza, uns para comandar, outros para obedecer” (ARISTÓTELES, 2002, p.14), estando a mulher encaixada na segunda categoria. Os argumentos expostos por ele para defender o seu ponto de vista eram: o primeiro tratava-se de uma explicação fundada no psicológico da mulher. A mulher não possuía virtudes intelectuais e não conseguia agir de acordo com suas próprias deliberações, pois ela era sempre afetada por emoções irracionais não permitindo assim, ela ter uma razão efetiva em sua mente. Logo, a mulher não era confiável para tomar decisões importantes, em outras palavras, ela era irracional demais para participar ativamente na Pólis. Isso tornou a mulher dependente do homem, porque somente ele possuía a virtude da razão, dessa forma, a mulher só conseguiria a felicidade plena

por meio dos caminhos dos homens de sua vida; o segundo argumento, está ligado com uma explicação biológica, alegando que a mulher na reprodução era somente um receptáculo de espermatozoides e o homem era o transmissor da vida, isso tornou a mulher biologicamente inferior ao homem, desmerecendo a principal função da mulher naquela época (SANTOS, 2018). Essa perspectiva aristotélica, conduziu os indivíduos a um conformismo com a conjuntura na qual a mulher se encontrava imersa na antiguidade, fornecendo assim, um respaldo racional para quem praticava violência psicológica, física e social contra a mulher no seu cotidiano.

A religião também, não estabeleceu uma posição elevada para a mulher dentro da comunidade. Ela participava dos atos religiosos, mas nunca poderia se posicionar à frente deles. Ela não criava o seu culto, “ a mulher só participasse dele por intermédio do pai ou do marido” (COULANGENS, 2009, p.48), visto que uma mulher não podia ser a senhora do lar. Porque quando se casasse ela teria que renunciar a sua própria família e seus cultos para começar a cultuar os deuses interiores do seu marido, que eram os integrantes antepassados da família, desse jeito, os deuses de sua família ficariam sem os seus banquetes fúnebres e isso era considerado fim da vida de uma família e de seu culto. Como consequência, só um homem podia assumir os cultos de sua família essa obrigação era passada para os ascendentes do sexo masculino da família. O filho homem era considerado, portanto, “o salvador do lar paterno” (COULANGENS, 2009, p.64). Por conseguinte, o nascimento de uma mulher era tão indesejável que os pais achavam que abandoná-la para morrer enquanto era bebê era mais vantajoso.

No direito sucessório, o filho homem, herdava o culto e todos os bens materiais da família. A filha não herdava nada nem a religião e nem os bens de seu pai ou do seu marido, pois quando se casava ela abdicava de sua família e os bens do seu marido ou ficava para o filho ou para os irmãos dele. A mulher só recebia um dote que era dado pelos herdeiros do sexo masculino e quando ela fosse filha única o seu pai tinha que fazer um testamento ao seu favor, mas mesmo assim só podia herdar uma pequena porção dos bens. Então, a mulher nunca poderia obter a sua independência financeira tendo que sobreviver das migalhas dadas pelos homens de sua família.

Em suma, as mulheres eram totalmente invisíveis para o direito antigo, dessa forma, não tinham direitos assegurados pelas leis da cidade, o mínimo de direitos que

elas possuíssem eram por causa da sua ligação com o sexo oposto. Elas eram julgadas pelos atos que praticavam pelo *paterfamilia* dentro da casa em que ela morava dessa forma elas podiam ser condenadas a diversos castigos e não podiam recorrer à justiça pública visto que, não tinham capacidade para tal feito (CROSHER, 1996). Dessa maneira, é observado que a mulher aos poucos foi sendo retirada da sociedade e colocada em isolamento, devido ao estigma de fragilidade que foi colocado sobre elas, submetidas ao patriarcado. Isso privou as mulheres por anos de se desenvolver-se como seres humanos dignos de direitos e de respeito.

3.2. O regime do casamento

O casamento, era uma promessa solene vinculada a um contrato, que continha uma pena sobre quem o rompesse. A mulher deixava de pertencer à família do pai e se integrava na família de seu marido. O matrimônio, gerava obrigatoriedade da coabitação que trazia implicitamente, a vivência conjugal, de modo que um dos cônjuges não podia recusar-se à satisfação do outro. Em Roma, o casamento era um consórcio de toda a vida, só podia ser dissolvido pela morte de um dos cônjuges, pelo divórcio ou pela escravidão (morte civil).

O regime do casamento foi estabelecido na antiguidade porque era lucrativo aos *paterfamilias*. De acordo com José Alves, “[...] exiga-se apenas o consentimento de pessoas sui iuris; [...]se os nubentes fossem alieni iuris, somente seus patres familias consentiam no matrimônio, podendo, [...]constrangê-los a se consorciarem” (ALVES, 2019, p.689). Então, os *paterfamilias*, negociavam suas filhas com diversas famílias para se livrar do prejuízo que era tê-las e os *paterfamilias* dos pretendentes tinham muito ganho, pois podiam conquistar status, propriedades e dotes. Não existia casamento por amor, porque os noivos não se conheciam, ficavam juntos por intermédio de suas famílias. Isto foi cristalizado na cultura, tornando-se um costume obrigatório. Na tragédia As Suplicantes, as filhas de Dânaos, foram prometidas em casamento aos seus primos, os filhos de Egito, contra a vontade delas. Muitos casais tinham a vida conjugal conturbada por serem obrigados a ficarem juntos isso gerava muita violência, traições e mortes. Ademais, a mulheres se casavam muito novas, “A idade permitida para realizar o casamento era de 12 anos para as mulheres e 14 anos para os homens, mas esses últimos preferiam casar-se somente após os 30” (Aguiar, 2012)

O celibato era um ato impiedoso e uma desgraça, porque punha em risco os cultos fúnebres dos deuses da família, então, essa atitude era considerada um delito. Dessa forma, o casamento tinha uma grande importância uma vez que juntava dois indivíduos com a intenção de dar origem a um terceiro indivíduo capaz de cultuar os antepassados. Quer dizer então, que era vital a procriação dentro da sociedade para manter o culto familiar vivo. As relações sexuais entre o casal tinham que acontecer obrigatoriamente sendo proibido a recusa desse ato. Os filhos eram tão relevantes, que se no caso da mulher ser estéril o marido tinha que se divorciar dela e casar-se novamente e se o homem fosse infértil a sua esposa era submetida a ter relações sexuais com o irmão ou um parente do marido com a intenção de gerar um filho e quando ele nascesse era considerado filho de seu marido mantendo assim o casamento. “A mulher foi a primeira escrava do homem. O homem precisava de uma mulher só para ele, para ter certeza de que o filho era seu, elemento necessário para a transmissão da herança a mãos legítimas” (ALAMBERT, 2004, p 28).

A cerimônia do casamento era dividida em três etapas: a primeira era constituída em uma cerimônia na casa da noiva onde ela iria se desligar do culto dos deuses de seu pai; secundamente, a noiva vestida de branco era transportada para casa de seu marido por meio de um cortejo festivo; e por fim, o noivo apresentava a noiva aos seus deuses por meio de rituais (COULANGENS, 2009). Era, portanto, uma cerimônia simples, religiosa e reservada.

O adultério era considerado para mulheres algo imperdoável, como consequência, acontecia o divórcio e o marido podia matá-la em praça pública. No caso dos homens isso não existia, eles podiam ter amantes de ambos os gêneros não sofrendo preconceito por estas relações. Uma frase de um filósofo ateniense anônimo resumiu as relações sexuais dos homens, “Nós temos cortesãs para nos dar prazer, concubinas para prover nossas necessidades diárias e esposas para nos dar filhos legítimos e serem guardiãs fiéis dos nossos lares. ” (O SEXO[...], séc. 5a.C apud LISBOA, 2019) ou seja, a mulher tinha que preservar sua pureza e inocência em contrapartida o homem se caracterizava por ser insaciável e vigoroso.

3.3. A violência contra a mulher

A palavra violência deriva-se do latim, *violentina*, que significa o ato de violar outra pessoa ou a se mesmo. Slavoj Zizek descreve o sentido da violência, a partir de

três perspectivas: **a primeira é a violência subjetiva**, que é aquela visivelmente praticada por um sujeito claramente identificável, que intimida e aterroriza os outros indivíduos de uma forma direta (ZIZEK, 2014), isso ocorre quando uma mulher é violentada por seu marido por motivos fúteis; **a segunda é a violência objetiva**, é considerada invisível, pois está fundamentada em uma violência que está normalizada e integrada no cotidiano social (ZIZEK, 2014). Ela desenvolve um ambiente violento que é latente, entretanto, ela é exposta por atitudes machistas. Esses atos foram sendo considerados pela sociedade como normais ao longo do tempo, conseqüentemente, eles passam despercebidos. No caso da mulher, ela sempre foi considerada ao longo da história, como um ser inferior que tem que ser subjugoado, isso criou um ambiente hostil para as mulheres, porque não importa a situação, elas são ofendidas diariamente. Como essas ações são consideradas naturais, as mulheres não conseguem se defender e acabam tendo que viver oprimidas e com medo de ir contra esse padrão; **a terceira é a violência sistêmica**, é aquela que se origina dos efeitos catastróficos dos sistemas políticos e econômicos baseados na injustiça e nas desigualdades claramente visível na sociedade (ZIZEK, 2014). Como se sabe, a posição da mulher na sociedade sempre teve respaldo na filosofia, na política, na religião, na economia, na família, etc. Isso criou uma padronização na vida da mulher. Porque todos os símbolos que foram criados por essas áreas se tornaram tão significativos para a base social, que a mulher quando ela nasce ela já tem sua vida totalmente descrita, pois ela, já nasce sendo algo inconveniente, ela só tem um pouco de reconhecimento quando está do lado de um homem, enfim, ela é criada para se casar e procriar, e ela morre porque desobedeceu seu marido. Esse padrão de inferioridade de vida, mostra que a desigualdade de gênero é algo tão ramificado e internalizado no sistema, que a violência contra a mulher se tornou algo crucial para o equilíbrio da civilização.

As mulheres nas civilizações da antiguidade sofreram gravíssimas profanações de seus direitos inerentes a sua condição de seres humanos, como por exemplo, o direito à vida, à liberdade, à integridade física e psicológica. Isto devido a visão religiosa e filosófica que foi implantada na cultura familiar, colocando as mulheres em condições de extrema submissão e degradação. E essa colocação da mulher no seu devido lugar, era feita pelos homens, que exerciam grande violência sobre elas, eles as batiam, as estupravam, as castigavam, as ofendiam, as encanceravam e

ameaçavam a vida de seus filhos. E nesses momentos não existia justiça para elas, ou seja, elas não podiam recorrer ao judiciário, pois muitas das leis defendiam esses atos e até os promoviam. Portanto, a mulher era invisível perante a proteção proporcionada pelo direito. Segundo Zuleika Alambert “A mulher desde seu nascimento até a sua morte é engessada num clichê, numa forma fixa, única, cujo maior prejuízo é ter a sua individualidade ignorada. É tratada como qualquer coisa pré-concebida, sem originalidade” (ALAMBERT, 2014, p. 116).

O corpo de uma mulher era de seu pai, de seu marido e de qualquer outro homem menos dela própria. Devido sua imagem ser ligada a sensualidade e a procriação, seus corpos eram explorados para satisfazer prazeres sexuais e econômicos dos homens, uma vez que eram dadas em seus casamentos, tinham que manter relações sexuais diárias com seu marido para gerar um filho e cumprir com o seu dever e as mulheres que se livraram das amarras sociais eram jogadas nos prostíbulos, uma vez que para se manterem vivas usavam seu próprio corpo para terem sua autonomia financeira. Este cenário, fez com que a mulher perdesse a sua própria identidade, interiorizando essas violências em sua alma como se fosse algo normal e necessário em sua vida.

4. Uma súplica por liberdade

4.1. É possível um feminismo nas Suplicantes?

Primeiramente, faz-se relevante trabalharmos sobre o que é o feminismo. A palavra feminismo vem do latim “*femina*” que significa mulher. As raízes da história do feminismo na sociedade remontam aos tempos antigos, como a Grécia. Entretanto, o movimento estruturado e propositalmente desenvolvido, é considerado mais recente, tendo seu início marcado no período moderno, durante a Revolução Industrial. O feminismo pode ser definido segundo Carla Cristina Garcia como:

“Tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.” (CARLA CRISTINA GARCIA, 2011, p. 13)

O movimento feminista foi composto por 3 ondas que foram marcadas pela efervescência militante das mulheres pelos seus direitos. Cada momento histórico, tem suas especificidades, igualmente as mulheres destes momentos, ou seja, cada onda do feminismo é separada de acordo com as demandas das mulheres naquela parte específica da história: **a primeira onda**, se localiza temporalmente no fim do século XIX, até meados do século XX, foi marcada pelas reivindicações, por parte das mulheres dos inúmeros direitos básicos (o voto, a participação na vida política e na vida pública) que já estavam sendo conquistados pelos homens na época da industrialização. As mulheres começaram a questionar sua posição de inferioridade. Conseqüentemente, as mulheres não queriam mais ficar presas dentro de suas casas, então, elas saíram pelas ruas, pregando a igualdade entre homens e mulheres (FRANCHINI, 2017); **a segunda onda**, começa em meados dos anos 50 e se estende até meados dos anos 90 do século XX. Nessa época foram iniciados os estudos concentrados na condição feminina, começando a criar uma teoria base sobre a opressão sofrida pelas mulheres. Ademais, as feministas tentaram promover uma conscientização das mulheres por meio de atividade coletivas. Isso possibilitou grandes críticas e protestos contra as ideologias que favoreciam a hipersexualização da mulher, a violência sexual, física e psicológica como mecanismos de manutenção do poder masculino, a objetificação da mulher e a desvalorização intelectual da mulher. Criou-se assim, uma epistemologia feminina fundada no ponto de vista da mulher e não mais de um homem (FRANCHINI, 2017); e **a terceira onda**, teve seu início após 1980. Essa onda também foi chamada de Pós-feminismo, pois prega uma desconstrução do feminismo, já não existe mais o feminismo, mas sim os feminismos no plural. Isto significa que esta onda prega o reconhecimento das distintas diversidades de identidades e experiências de mulheres, desta maneira, esse movimento da voz as mulheres não de uma forma universal/generalizada como na segunda onda, e sim de uma forma mais específica/grupal. Outros pontos pregados por essa onda, foram a resignificação de símbolos, condutas e estereótipos de feminilidade que eram considerados pejorativos pelas feministas da segunda onda e proporciona a liberdade de escolha de cada mulher ser o que ela deseja ser da forma que ela quiser sem sofrer preconceito por suas escolhas (FRANCHINI, 2017). Todas essas ondas, colocaram as mulheres na frente dos holofotes possibilitando assim, que as histórias delas fossem contadas.

Walter Benjamin, filósofo e sociólogo alemão, mostra em suas teses que a civilização ocidental, apresenta um historicismo cultural fundado nos feitos das classes dominantes, ou seja, uma história universal e oficial criada a partir da ideologia do vencedor/dominante/homem. As outras partes dessas histórias, acabaram sendo suprimidas, escondidas e marginalizadas pelos dominantes para que a dominação da população torna-se mais efetiva (GAGNEBIN, 2009). Conseqüentemente, a sociedade acabou formando uma consciência unilateral sobre todos os assuntos, principalmente daqueles relacionados as mulheres, o que dificulta a procura dos indivíduos sobre a pluralidade dessas histórias. Para impulsionar essas ideologias suprimidas, Benjamin propõe uma técnica que é a de escovar a história contrapelo, que quer dizer renunciar a história oficial, e procurar instruí-se sobre as outras histórias alternativas que também fizeram parte da construção da sociedade, para que as narrativas fiquem mais autênticas e realistas (LOWY,2010). Então, o movimento feminista utiliza dessa mesma concepção para estimular as pessoas a lerem as histórias do passado, com um olhar focado nas mulheres, percebendo-se assim que a dominação masculina não foi universal e pacificamente aceita e que diversos atos feministas ocorreram para quebrar a ideologia da supremacia masculina. Portanto, nota-se que ao lado da história oficial patriarcalista e machista, também caminha junto com ela, a história marginalizada da mulher e do feminismo.

Então, será apresentado uma interpretação fundamentada nos valores que o feminismo aplica, para que seja demonstrado que no livro *As Suplicantes*, escrito por Ésquilo, existe traços marcantes de condutas femininas revolucionárias para época, evidenciado dessa forma que a opressão patriarcalista sofria impactos em suas estruturas, mesmo eles sendo de certa forma considerados sutis.

A narrativa que será abordada trata-se, de uma tragédia grega, essa espécie de história, possui um cunho dramático, nelas existe um herói trágico que luta contra um fato transcendental que manipula o curso dos eventos, porém, o herói tem um fim trágico por tentar controlar o soberano destino. Sendo o herói, aquele indivíduo que se evidencia por sua coragem e nobreza, sendo um exemplo vivo das virtudes guerreiras. Segundo Marshall, “A memória dos heróis na Grécia antiga é um fenômeno cultural de dimensões extraordinárias, capaz de referenciar a percepção de uma vasta gama de fenômenos sociais, políticos, religiosos, éticos e psicológicos” (MARSHALL, 2002, p.67). Essa imagem heroica, geralmente era vinculada ao homem, entretanto,

como é visto, mulheres também passaram a se tornarem heroínas trágicas, contudo, elas são representadas com características consideradas viris. Essa masculinização da mulher acontecia, porque os escritores que eram homens, só conseguiam demonstrar a força de uma mulher, inserido características masculinas nelas, pois no seu cotidiano a feminilidade era considerada como fraqueza. Atualmente, em interpretações que tem por base o empoderamento feminino, deixam evidenciado que as mulheres tomam posse dos ditos valores masculinos para combatê-los, fazendo uma ressignificação dessas condutas (ROCHA, 2014). Esse heroísmo feminino foi criado de acordo com Thirzá Amaral Berquó, para proporcionar aos escritores uma exploração de outras esferas da sociedade, onde uma guerra não fosse o foco principal da história trágica, pois, o heroísmo masculino se restringia apenas ao âmbito das batalhas (BERQUÓ, 2015). Ademais, as histórias das heroínas femininas eram gloriosas o que possibilitou que esses mitos fossem recontados por séculos.

As mulheres da época das Suplicantes tinham a obrigação de se casarem para terem o mínimo de direitos na sociedade antiga como foi visto no capítulo anterior chamado o regime do casamento. Ademais, as famílias dependiam do casamento para que existe-se gerações futuras para prosseguirem com os ritos religiosos. Entretanto, quando as Dânaides foram prometidas em casamento aos seus primos, elas ficaram indignadas com situação, uma vez que, não queriam ser meros objetos na vida de homens que elas mal conheciam e nem amavam, ou seja, elas tomaram consciência de que elas mesmo sendo mulheres, não eram obrigadas a se submeterem a essa situação que as degradavam fisicamente e psicologicamente. Então, elas se opuseram ao regime cultural mesmo sabendo que não seria fácil, elas fugiram em direção a Argos para tentarem a sorte de serem salvas.

Ao chegar a Argos, elas utilizaram da súplica para conseguirem ser escutadas. Esse instituto era muito sagrado para sociedade grega, pois ele era invocado por um indivíduo expatriado para que ele conseguisse abrigo, essa invocação o colocava sobre a proteção do deus Zeus, então ir contra esse desvalido era a mesma coisa de ir contra Zeus e isso traria um castigo divino de proporções extraordinárias para aqueles que negassem o pedido (TORRANO,2020). Além de usarem desse mecanismo astuto, elas estavam dispostas a tirarem a própria vida, se não fossem atendidas, como representação de sua força, de sua contrariedade com o mundo e de sua persistência pelos seus ideais. Elas sabiam, que esse ato traria a dor e o

desespero que estavam sentindo para todos aqueles que continuassem a não aceitarem elas. As suplicantes mostraram uma coragem e força transcendentais. Felizmente, a súplica por liberdade foi ouvida, e mesmo sendo mulheres sozinhas foram integradas à sociedade de Argos.

Portanto, observa-se que as Suplicantes promoveram uma movimentação feminista dentro da sociedade, quebrando padrões sociais, demonstrando atitudes ativas dentro da sociedade, mostrando que elas tinham o direito de serem tratadas como seres humanos que detinham direitos a serem respeitados pelos outros. Elas promoveram um grande choque nas pessoas que viram essa cena, não só pelas suas atitudes ousadas e revolucionárias, mas pela determinação delas de tentar mudar os seus destinos, mesmo isso custando tudo que elas tinham.

Mas, apesar desse momento de resistência ainda pode ser observado que elas estão submetidas a uma estrutura machista, porque quem tomou a decisão sobre o que iria acontecer com as Suplicantes foi o rei, que é um homem, e o seu povo, que em sua maioria é formada por homens, ou seja, o homem ainda possuía um certo poder de decisão sobre a vida das mulheres. Em vista disso, apesar de tudo, a liberdade delas ainda tinha que ser intermediada por homens, que não sabiam do sofrimento delas, mas, lamentavelmente eram os homens que ocupavam lugares de destaque naquela época. Ademais, para serem totalmente aceitas o rei impôs uma condição, de que elas tinham que abrir mão de sua identidade cultural para se adaptarem a vida da nova Pólis, isto é, elas tinham que se amoldar ao padrão social de uma mulher daquele lugar, abandonando de vez seus traços culturais e também de certa forma essa essência revolucionária. Diante desse cenário, nasce uma certa tensão, típica das tragédias, por elas serem narrativas inacabadas. Consequentemente, seus leitores, se encontram refletindo: as Dânaides conseguiram o que queriam? Entretanto, não se pode duvidar que a história das Suplicantes traz a luz para a reflexão sobre a posição da mulher dentro da sociedade, mesmo ainda ela tendo sinais conservadores.

É importante ressaltar, que a história das Suplicantes não é a única que demonstra traços feministas, também existe uma história trágica muito conhecida, denominada Antígona, ela mostra a força e a persistência que uma mulher tinha que possuir para conseguir impor seus princípios sagrados perante a ditadura social.

Em suma, se as pessoas realmente focarem nas mulheres iram ver que os movimentos feministas estão presentes nas histórias sejam reais ou literárias. Mesmo tendo consciência que ir contra o sistema social opressor traria duras penalidades, as mulheres persistiram em seus ideais de liberdade e igualdade, ter essas atitudes fez com que as mulheres aos poucos com muito sangue e suor conseguissem desmantelar a ideologia da supremacia masculina. Então, percebe-se que a história das suplicantes traz consigo um embrião da consciência feminina sobre os seus direitos, sobre o seu lugar na sociedade, sobre sua liberdade e sobre o respeito que é merecido as mulheres. Na essência angelical da mulher existe uma força imensurável. Segundo a escritora Maya Angelou "Toda vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres." (ANGELOU apud, TERRA, 2020), isso mostra que as Suplicantes tentaram se defender da dominação e com isso se tornaram uma história marcante para as mulheres que buscam a independência.

4.2. A degradação da honra das Dânaides

Na Grécia Antiga, ter uma vida digna e prospera era ter uma vida baseada na moral religiosa, existia uma profunda relação do ser humano com a espiritualidade. Sendo isso, uma consequência das sociedades antigas, terem sido construídas em cima de um grande pilar religioso como foi visto. Então, os indivíduos propagavam conscientemente ou inconscientemente os preconceitos que foram estabelecidos pela religião, podendo citar como exemplo, a colocação da mulher como um ser inferior ao homem. Por causa desse cenário tão consolidado, o direito não conseguiu se desenvolver de uma forma autônoma, sendo assim, contaminado por esses juízos de valores ditados pela moral e religião, consequentemente ele começou a dar respaldo jurídico para atitudes preconceituosas que agrediam os grupos menos favorecidos, como as mulheres e escravos por exemplo (ALVES, 2019). Como consequência, o propósito do direito de prover justiça a todos se perdia no mar da moral religiosa.

Observa-se que isso aconteceu com as Suplicantes, depois de fugirem do Egito para não se casarem, elas cometeram uma grave violação social visto que o casamento era um instituto extremamente sagrado. Quando sua comunidade soube dessa atitude, a honra delas foi severamente afetada, pois sofreram insultos e a sociedade começou a vê-las como corrompidas e problemáticas. Mesmo sabendo que

suas atitudes trariam desonra para elas, as Suplicantes não desistiram de sua liberdade e de suas crenças, porque para elas não importava o que a sociedade estava pensando delas apenas se preocupavam com o modo que elas iriam viver, se submetessem aos seus maridos. E mesmo com essa situação elas conseguiram permissão para fazerem parte de Argos, mostrando que suas súplicas foram ouvidas, mesmo que a força, o povo de Argos reconheceu elas como seres humanos que mereciam ser escutados e terem seus direitos inerentes respeitados.

Portanto, mesmo que a sociedade diga que é desonroso lutar pelos seus ideais e pela sua liberdade isso não deve ser levado em consideração, pois não tem coisa mais honrosa do que lutar pelo seu reconhecimento e pelo seu lugar dentro da sociedade seja ele qual for. Isso demonstra como essa consciência feminista de igualdade traz para as mulheres força para continuarem seus passos mesmo que isso a torne desonrosa perante a sociedade.

4.3. Receptividade e Negação

Jacques Derrida, discursa sobre a hospitalidade e suas versões, a primeira que ele fala é sobre a hospitalidade condicional, que é a utilizada pela nossa sociedade, ela aceita o estrangeiro/diferente, mas, com a condição de que ao aceitá-lo terá que se adequar aos padrões preestabelecidos, ou seja, não existe uma aceitação da cultura e da personalidade do diferente. Então, não existe uma hospitalidade de fato, pois ela traz uma hostilidade impregnada em sua essência, ela suga todas as diferenças do estrangeiro e insere ele a um padrão. A segunda falada por ele é a hospitalidade incondicional, ela consiste em acolher o diferente incondicionalmente, logo a sociedade o aceita sem obrigá-lo a negar sua existência em prol da adequação. Essa opção é mais complexa, porque conviver com o diferente traz ao ser humano um sentimento de repulsa, mal-estar (BASTOS e et al. ,2016) (NOGUEIRA,2015).

Esses conceitos são aplicados no feminismo, porque são pequenos grupos que aceitam o movimento por completo, visto que, a maior parte da sociedade aceitou o movimento a sua maneira, enquadrando ele em estereótipos ofensivos (TIBURI, 2018). Como pode ser visto, ser feminista, acarreta, no discurso tradicional, ser alguém mal-amado, desinteressante do ponto de vista sexual, com problemas de relacionamento interpessoal ou se assumir lésbica. Consequentemente, isso faz com

que o movimento perca adesões, pois as mulheres fogem destes estereótipos, renegam o movimento ou reproduzem o discurso de que os ideais feministas são muito exagerados perante aos problemas que existem. Então, o movimento passa a ser visto através dos preceitos machistas. Isso inviabilizam qualquer movimento coletivo de pressão. Por isso, que as mulheres feministas, continuam a perseverar nos seus ideais para conseguir que a sociedade aceite o diferente mostrando assim sua verdadeira essência para que ele seja aceito pela massa de uma forma correta.

Quando uma mulher se assume como dona do seu próprio corpo e vontade, é uma atitude que assusta a sociedade patriarcalista, pois essa tomada de consciência, mostra para as mulheres que elas têm o direito de estar no mesmo nível dos homens (ALAMBERT, 2014). Esse cenário, traz desconforto e estranheza social por causa da cultura de padrões sociais fixados para as mulheres e homens. Nas sociedades antigas, as mulheres sofriam com a negação, pois quando tentavam se assumir no mundo, elas eram rechaçadas, isso se deve ao fato de que o mundo não foi feito para elas e esse pensamento foi normalizado para elas desde pequenas.

Na contemporaneidade, as pessoas ainda se amedrontam com questões pautadas pelo gênero, elas ainda estão sob amarras sociais. As pessoas se sentem incomodadas com a sua posição social, mas, preferem ser comodistas e fecharem seus olhos. Por isso o feminismo convida as pessoas oprimidas e subestimadas para falarem por elas mesmas, permitindo que todas as pessoas sejam quem são, ou seja, o feminismo dá o direito de existir. A receptividade desses ideais, faz com que as pessoas não deixem ser rotulá-las, pois o autoconhecimento que elas têm de si mesma rompe com esse ciclo de violência (TIBURI, 2018). E até a receptividade parcial desse pensamento, faz com que a visão do um indivíduo fique menos turva, visto que o barulho provocado é tão intenso que faz ao menos aquele indivíduo refletir mesmo que inconscientemente, sobre a empatia com o outro. Porém, muitos indivíduos recebem o feminismo de uma forma deturpada pelos meios de comunicação conservadores, que insistem em falar que o movimento desrespeita os preceitos morais da sociedade e da religião. Portanto, pode ser visto que ao mesmo tempo que o movimento tem receptividade ele tem negação, pois qualquer movimento revolucionário traz direitos e mudanças a serem alcançados, entretanto, enfrentar os obstáculos das ideologias que formaram os pilares sociais não é uma tarefa fácil. E

durante essa caminhada haverá muitas deturpações, negações, vitórias, lutas e sofrimentos.

Ademais, a escritora Márcia Tiburi, deixa evidenciado em seus escritos o pensamento de que o próprio feminismo da oportunidade para que seus próprios seguidores questionem os pensamentos propostos pelo movimento, tentando sempre reformulá-los de acordo com as demandas sociais, para que o movimento não seja encarado como modismo (TIBURI, 2018). Dessa forma, o feminismo tenta ir contra o sistema de verdades absolutas, pois, esse sistema é construído a partir de discursos soberanos que forcem o ser humano que é tão vasto a se encaixar dentro de uma caixinha (RODRIGUES, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, a desigualdade está no alicerce das relações de gênero. Consequentemente, desde a antiguidade, a mulher vive uma exclusão social dentro do âmbito público e do privado, sendo sempre desvalorizada e violentada pelas suas características de nascença. Entretanto, pode se observar que o feminismo, provocou mudanças significativas em muitas culturas no aspecto da independência e da dignidade da mulher. E essa ação, trouxe uma valorização das histórias reais ou literárias que abordem a temática da mulher lutando pelos seus direitos, fugindo assim, da história oficial que é contada.

E é por meio dessa perspectiva feminina, proporcionada pelo feminismo, é que se pode constatar por meio desse artigo, como a história do livro *As Suplicantes*, faz parte de uma literatura que evidencia os embriões do feminismo, pois ela expôs que mesmo nas civilizações antigas que idolatravam os homens, as mulheres não deixaram de ir contra o regime e se expressarem, buscando o respeito pelos seus direitos, que são inerentes a elas, só pelo fato de serem seres humanos. Desse modo, a narrativa das *Suplicantes* é importante para sociedade por transmitir a resistência feminina e a desvalorização da mulher devido seu papel social, que são dois aspectos importantes para a reflexão da mulher na sociedade. Entretanto, mesmo a história sendo revolucionária em diversos aspectos, existem questões presentes nela que trazem um certo posicionamento conservador devido ao fato de ter sido escrita na antiguidade e por um homem.

Vale ressaltar, por fim, que as mulheres na contemporaneidade conseguiram direitos, espaço, oportunidades, justiça entre outras coisas, devido ao movimento feministas e sua luta incansável para que a mulher conseguisse destaque e valorização social. Porém, mesmo com essas revoluções sobre o pensamento em relação a posição da mulher, ainda existe opressão. Por isso, a luta pelos direitos femininos não pode parar, pois ainda existe mulheres que são oprimidas todos os dias. Sendo assim, as mulheres tanto no passado quanto no presente estão sempre em conjunto tentando tecer um amanhã mais justo para todas.

REFERÊNCIAS

ÉSQUILO. **As Suplicantes**. São João Del Rei: Lobello Amaral Editora, 2009.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

COULANGES, de Fustel. **A Cidade Antiga**. Ed. 4. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MARQUES, E.; PEIXOTO, M.; VIANA, N.; PINHEIRO, V. **A Questão da Mulher: Opressão, Trabalho e Violência**. Rio de Janeiro. Editora Ciência Moderna Ltda,2006.

ARISTÓTELES. **A Política**. Ed. 1. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DOS SANTOS, Marina. **Nota sobre a natureza da mulher na comunidade familiar e política segundo Platão, Aristóteles e Hegel**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Ethic@, vol. 17, n. 2, dez. 2018,p. 159 – 177.

CROSHER, Judith. **Os Gregos: Povos do Passado**. Ed.15. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

ALAMBERT, Zuleika. **A História da Mulher**. Brasília: Fundação Astrojildo/FAP; Abaré,2004.

LISBOA, Sílvia. **O sexo e o Casamento na Grécia Antiga**. Super Interessante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/as-verdadeiras-mulheres-de-atenas/>> . Acesso: 19/04/2020.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

GARCIA, Carla Cristina. **BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO**. São Paulo: Claridade, 2011.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** . Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 10 out.2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LÖWY, Michael. **“A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)**. Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011

MARSHALL, Francisco. **Édipo: Estratigrafias da Memória Heroica**. Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, nº 6, p. 67-77, 2002.

ROCHA, C. B. A. **Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler**. Belo Horizonte, Cadernos Pagu, jul-dez. 2014 , p. 507-516.

BERQUÓ, Thirzá Amaral. **Mulheres Indômitas: As Heroínas da Tragédia Grega** . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, trabalho de conclusão do curso de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Conheça Maya Angelou, autora citada em discurso inspirador de a barraca do beijo 2. Terra, 2020. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/conheca-maya-angelou-autora-citada-em-discurso-inspirador-de-a-barraca-do-beijo-2,401f287bc40c4ec8a38813edf98668f9pau2ksjn.html>> Acessado: 14/ 10/2020

BASTOS, Sênia Regina; RAMEH, Ladjane Milfont; BITELLI, Fábio Molinari. **O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes.** Anais do Seminário da ANPTUR, São Paulo, 2016, p.1-13. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/612.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

NOGUEIRA, B. G. Bernardo. **Infinito.** Anamorphosis- Revista Internacional de Direito e Literatura, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 371-386, jul/2015.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: Para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TORRANO, Jaa. **As súplicas a Zeus Suplicante na tragédia As Suplicantes de Ésquilo.** Classica, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/9915523/As_s%C3%BAplicas_a_Zeus_Suplicante_na_trag%C3%A9dia_As_Suplicantes_de_%C3%89squilo. Acesso em: 11 out. 2020.

RODRIGUES, Carla. **O sonho dos incalculáveis: coreografias do feminino e do feminismo a partir de Jacques Derrida.** Rio de Janeiro ,2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp061200.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

BIBLIOGRAFIA

NOGUEIRA, B. G. Bernardo; SILVA, M. Ramon. **ECOS DO TRÁGICO: Sobre a Tragédia Grega e a Origem dos Direitos Humanos.** Ouro Preto: Livraria e Editora Real de Ouro Preto, 2010.

FORMAN, Joan. **Os Romanos: Povos do Passado.** Ed.15. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

CICCO, Cláudio. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. Ed.8. São Paulo: Saraiva, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Ed. 11. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil LTDA, 2012